

Capítulo 1

Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito surdo

Gláucio de Castro Júnior

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

Castro Júnior, g. Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito surdo. In: ALMEIDA, WG., org. *Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente* [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, pp. 11-26. ISBN 978-85-7455-445-7. Available from SciELO Book <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 1

CULTURA SURDA E IDENTIDADE: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito Surdo

Gláucio de Castro Júnior

Atualmente as questões pertinentes à cultura surda, comunidade surda, pessoa surda-muda, ou apenas surda são abordadas, constantemente, nas discussões sobre o desenvolvimento e aprendizagem da pessoa com surdez. Resta saber as implicações destes termos em cada período historicizado. Dependendo das concepções teóricas, esses termos assumem definições específicas e apresentam implicações no processo educacional destes sujeitos. No caso da percepção do mundo auditivo, o indivíduo Surdo não depende do consentimento comunicativo e linguístico de quem o assiste.

Neste contexto, trazemos a problematização do “audismo” enquanto formas de representação que ao longo do tempo foram construídas sobre os Surdos¹ e que por muito tempo têm sido

1 Destaco o termo Surdo “com S maiúsculo” em pontos estratégicos do texto como uma forma de empoderamento, mostrando minha visão pessoal e enquanto profissional da saúde, de respeito e reconhecimento da identidade vivenciada pelos sujeitos Surdos, seus valores linguísticos e sociais, e de todo o processo histórico e cultural que os envolve. Vários outros autores também fazem uso dessa mesma estratégia como, por exemplo, Lane (2008. p. 284) e Castro Júnior (2011, p. 12).

mantidas nas práticas sociais, com implicâncias em várias esferas culturais, políticas, educacionais em que estes sujeitos estão inseridos, principalmente sob a égide da normalização e normatização impregnada nos discursos dos ouvintes. Tal conceito do “audismo” baseia-se na ideia de “colonialismo”, sob a ótica das relações de poder, desiguais, que se estabelecem entre dois ou mais grupos em que “um não só controla e domina o outro, como ainda tenta impor sua ordem cultural ao(s) grupo(s) dominado(s)” (MERY, 1991 apud WRIGLEY, 1996, p. 72).

Com a pretensão de obter tal consentimento, outorgando medidas paliativas que não atendem à comunidade surda, tal anuência impossibilita, em parte, a livre expressão da cultura surda, que está inserida em um agir comunicativo particular, e o enfoque se torna eminentemente linguístico. Este contexto gera impasses que nos convidam a uma série de paradigmas: Quais são os pressupostos que invalidam ou validam a aceitação da particular cultura surda? E se todo *Ser* tem direito a sua particularidade, suas gírias, seus gostos e aceites, por que não compreender ou por que apresentar resistência a tal fenômeno social? Como a cultura surda é aceita no interior das práticas pedagógicas assumidas no contexto do que se diz escola inclusiva?

O paradigma que concerne a esta questão está relacionado com o fato de que a academia, bem como os estudos, de um modo geral, na área de educação de Surdos, possui uma marca do pensamento Aristotélico, estabelecendo uma abordagem educacional voltada para a filosofia do oralismo que estabeleceu toda uma produção em torno da visão clínica da surdez, constituindo a fala como uma necessidade de solução da inserção do Surdo na sociedade. Portanto, quem afirmasse algo como “a aprendizagem da fala dentre uma e outras possibilidades por meio de diversos métodos, e que nem mesmo é o mais significativo deles”, estaria fadado a ser considerado um “ouvintista”. Posteriormente, observações demonstraram que esta visão era falha e foi sendo substituída, após intensas e diversas resistências por parte da comunidade surda na luta pelo reconhecimento da língua de sinais e que, por

sua vez, legitima sua cultura e especificidade linguísticas em todas as suas produções, principalmente a partir dos estudos do linguista Stokoe, em 1960, que reconhece o status linguístico da língua de sinais, por meio da Língua de Sinais Americana (ASL).

Na realidade, tanto o Surdo quanto o ouvinte alegorizam sua existência de tal modo que representam a realidade com as armas linguísticas que têm, e pensam o mundo representado por suas ideias, aprioristicamente. Assim, a existência precede a linguagem, como dizia Sartre, tanto na modalidade oral-auditiva quanto na visual-espacial. Em ambos os casos, a linguagem está no mundo como uma alegoria das primeiras formas de expressão e registro da humanidade. A priori, o sujeito Surdo é esteticamente livre para criar a partir da sua autonomia sensorial e, assim, obter as informações e interpretá-las.

O entendimento sobre a plausibilidade de nossa reflexão sobre a cultura surda vai contra a perspectiva médica que salienta a surdez como deficiência, falta de oralidade, falta de estímulos sonoros, fomentando intervenções cirúrgicas, como o implante coclear. Para tanto, revisamos o conceito de cultura, que segundo Veiga-Neto (2003, p. 6), herdeiro de Hall, postula que:

[...] Assiste-se hoje a uma verdadeira *virada cultural*, que pode ser resumida como o entendimento de que a cultura é central não porque ocupe um centro, uma posição única e privilegiada, mas porque perpassa tudo o que acontece nas nossas vidas e todas as representações que fazemos destes acontecimentos [...].

Nota-se na posição de Veiga-Neto (2003) a visão ampla de cultura, harmonizada com o entendimento cultural presente no pensamento de Lévi-Strauss (1958, p. 325), quando nos indica seu sentido mais formal sobre o conceito de cultura:

[...] O termo 'cultura' é empregado para reagrupar um conjunto de afastamentos significativos cujos limites a experiência prova coincidirem aproximadamente. Que esta coincidência não

seja nunca absoluta, e que ela não se produza nunca em todos os níveis ao mesmo tempo; isto não nos deve impedir de utilizar a noção de cultura [...] (LÉVI-STRAUSS, 1958, p. 325)

Percebe-se que Lévi-Strauss entende a cultura como um afastamento e não uma unificação mítica burguesa, como no mito de unificação nacional. Ou seja, este autor tem a ideia de que se o homem é visto como tal em qualquer lugar, então, a ideia de civilização se presta bem à proposta de fornecer um quadro que possibilite pensar a unificação de toda a humanidade a partir de uma matriz comum.

Bourdieu (2007), porém, chama atenção para o fato de que as diversas culturas estão separadas por uma cultura dominante, a capitalista. Mas não que seja por uma ideologia capitalista, e sim porque a nossa sociedade se estabelece sob a égide das relações de poder, que estão para além da visão marxista sobre o capital, calcadas na própria constituição social de representação política, com as demarcações sociais da normatização e normalização, como diria Foucault. Assim, os Surdos são denominados de portadores de necessidades especiais, dependendo do contexto, para poderem ser inclassificáveis, marginalizados e excluídos do sistema. Neste contexto, as práticas linguísticas, culturais e educacionais, específicas da surdez, não são validadas perante a maioria, que é ouvintes pois são consideradas como uma anticultura, só que, na verdade deveriam ser consideradas como cultura no plural.

A cultura surda contra o discurso médico: uma filosofia da linguagem, em Barthes

Davis (apud BALLANTYNE, 1995, p. 15) evidencia que a surdez deve ser tratada como patologia e “[...] como problema substancial de saúde [...]”. Essa posição demonstra que a ausência de programas voltados para a prevenção primária da surdez, como campanhas de vacinação, acompanhamento das gestantes, ainda são incipientes. Outro aspecto em questão é que, muitas ve-

zes, os serviços e as políticas públicas confundem duas áreas de ação, a da saúde e a da educação, relegando a segundo plano a questão do acesso aos conhecimentos historicamente construídos e socialmente valorizados pela sociedade.

Na realidade, a presença da surdez resulta em uma condição de estar no mundo e não uma doença. A visão clínica aponta a surdez como um problema patológico, uma deformidade que deve ser tratada, pois impõe que todo surdo deve ser curado. Machado (2002) afirma que, por meio da língua de sinais, o Surdo é capaz de produzir conhecimentos tão organizados quanto os ouvintes, não podendo o mesmo ser considerado incapaz, a partir do puro dado orgânico que implica a incapacidade de ouvir. Os Surdos organizam-se politicamente, convivem com ouvintes e com outros surdos, produzindo uma cultura surda.

Na apologia de algumas concepções, segundo o conceito durkheimiano sobre a surdez e suas implicações, o desenvolvimento humano, de um modo geral, incluía o que chamamos de descolamento ético e social, entendido como anomia, descaso em relação à modalidade de comunicação visual-espacial. O que leva o ouvinte a tratar a temática da surdez como um problema médico leva-nos à questão profunda de que o que nos falta, pelo menos na Educação, é um compromisso ético com a solidariedade humana e o desenvolvimento de um trabalho que favoreça o respeito à diversidade.

Talvez a Educação não tenha conseguido cumprir esta tarefa, que é a Paideia dos antigos gregos. E pensando nos povos antigos, se nos deparássemos com a ideia de que a cultura, e mesmo a educação, sempre tiveram um caráter literário, provavelmente haveria revisão dos processos educacionais destinados às pessoas com modalidades específicas de comunicação. Assim, o cunho de anonimato que a cultura auditiva delega à cultura surda é despropositado, beirando a subestimação. Ademais, segundo Maingueneau (1989), não existe a necessidade de respaldo exterior para um discurso que pertença a um grupo que não é geral.

Na realidade, conforme propõe Laraia (1986), as teorias idealistas de cultura podem subdividir-se em três diferentes gru-

pos: o primeiro tem como um de seus principais representantes Goodenough e considera a cultura como um sistema cognitivo; o segundo é representado pela perspectiva de Lévi-Strauss, em que a cultura é vista como um sistema estrutural; e, por fim, no terceiro grupo, de acordo com Geertz, ela é definida como um sistema simbólico e de caráter essencialmente semiótico.

A perspectiva defendida por Geertz (1989, p. 24) deve ser vista como um conjunto de mecanismos de controle para orientar o comportamento, e não como um complexo de comportamentos concretos, uma vez que pondera que:

[...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles (os símbolos) podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (p. 24).

Nota-se, no caso dos Surdos, que o sistema simbólico e de caráter essencialmente semiótico utilizado está pautado nas línguas de sinais, sistema que se utiliza da visão e do espaço para estabelecer interações sociais, diferentemente do sistema dos ouvintes, que o fazem utilizando-se dos canais oral e auditivo. A língua de sinais é um artefato cultural carregado de significação social sendo assim uma das especificidades mais importantes da manifestação e produção da cultura surda. Desta forma, o uso de sinais pelos Surdos ultrapassa os objetivos de uma simples comunicação, constituindo-se no meio pelo qual se expressam as subjetividades e as identidades desses indivíduos.

Para alguns ouvintes, os Surdos se moveram para fora da naturalidade, em um processo de distanciamento, de irresponsabilidade social ao qual a pós-modernidade nos submeteu em meados do século XXI. Nesta nova perspectiva de análise dos fatos, há pouco espaço para a diversidade cultural, pois há uma ditadura da maioria sobre a minoria. Geertz (2002, p. 13), preocupado com este engessamento, assinala que:

[...] Se a interpretação antropológica está construindo uma leitura do que acontece, então divorciá-la do que acontece — do que, nessa ocasião ou naquele lugar, pessoas específicas dizem, o que elas fazem, o que é feito a elas, a partir de todo o vasto negócio do mundo — é divorciá-la das suas aplicações e torná-la vazia. Uma boa interpretação de qualquer coisa — um poema, uma pessoa, uma estória, um ritual, uma instituição, uma sociedade — leva-nos ao cerne do que nos propomos interpretar [...].

Como contraponto ao que pensamos ser uma cultura auditiva excludente, existe uma contracultura ouvinte, assim considerados como professores intérpretes. Estes assumem a possibilidade não apenas de traduzir a língua fonte para a língua alvo — língua de sinais, mas também dão voz ao outro, ao interpretarem o mundo cultural da pessoa surda, evidenciando seu caráter eminentemente existencial. Os intérpretes dão voz aos atores sociais Surdos quando estes vivenciam seu papel cultural repleto de gírias e expressões idiomáticas sem depender de uma imaginária estética ouvinte. Verifica-se nesse contexto que o Surdo é ao mesmo tempo autor e protagonista de sua comunicabilidade e, em verdade, não há motivos para Surdos e ouvintes continuarem a não se reconhecer como partícipes da mesma sociedade brasileira, isto é a sociedade ainda acreditar na incapacidade e não evolução do Surdo. Para tanto, faz-se necessário romper com o processo de hierarquização social que tem por base a comunicação humana.

O descaso com que a educação brasileira trata os Surdos é visível, uma vez que estes dependem e se vinculam ao intérprete, e não ao professor regente. A convivência dos Surdos e ouvintes em ambiente educacional deveria levar em conta uma nova Filosofia da Educação, que leva em consideração que a convivência apenas técnica entre Surdos e ouvintes poderia continuar a abastecer o aumento do preconceito e da segregação. Temos que encarar a cultura surda como algo a não ser imposto e modificado, mas como algo a ser experimentado, com gratidão pelo fato de estarmos lidando com um universo diferente, mas deveras humanizado.

Com efeito, a língua de sinais tem que ser considerada como língua de cultura, como o são as línguas orais de modo geral, seja no contexto das línguas naturais, seja no contexto das línguas estrangeiras, em ambos os casos, como expressões culturais e concernentemente linguísticas. Temos, por conseguinte, que a universidade pode e deve ser um campo de espaços e sociabilidades educacionais. Esta interação é de extrema importância, pois seremos interlocutores, facilitadores desta supracitada cultura, com o exercício da língua de sinais ou com grupos de estudo sobre esta fenomenologia social surda que inclui parte de nossa população estudantil. A larga vigência de leis que garantem a chamada integração desta cultura surda já se revela, mas de forma insatisfatória, pois, como argumenta Skliar (1998, p. 28), “[...] a cultura surda não é uma imagem velada de uma hipotética cultura ouvinte [...]”.

Seguindo esse raciocínio, quando a manifestação não material engloba significados, os juízos morais, as normas de comportamento, do conhecimento passam para uma manifestação material, e a linguagem de sinais adota uma “estrutura gramatical” e passa a ser considerada. Consequentemente, na linguística ela é reconhecida como língua, e não mais como linguagem de sinais, já que está relacionada com a realidade social que procura representar. Assim, pode-se afirmar que a comunidade surda evoluiu na comunicação, nas leis, na Educação, no crescimento de número de organizações representativas. É neste contexto que a linguagem se torna um padrão de comunicação entre Surdos, com normas gramaticais e linguísticas que constituem a Libras como língua oficial da comunidade surda brasileira, conforme consta na Lei de número 10.436, do ano de 2002.

Assim, no Brasil a denominação Libras foi estabelecida em assembleia, convocada pela Federação Nacional de Integração e Educação do Surdo – FENEIS, em outubro de 1993, tendo, em seguida, sido adotada pelo World Federation of the Deaf (WFD), pelo Ministério de Educação – (MEC), por pesquisadores, educadores e especialistas no Brasil.

Nesse sentido, não se pode perder de vista que a cultura surda não está definida somente pela conduta do grupo de Surdos,

mas sim pelo reconhecimento dos valores, da língua, da linguagem, de todos os artefatos culturais que representam, verdadeiramente, a modalidade visual-espacial de comunicação do sujeito Surdo com seu contexto. Durante muitos anos, a cultura majoritária ignorou a presença da cultura surda, mas, felizmente, esta última tem conquistado o seu espaço social com seus artefatos, língua de sinais, adequação curricular, legendas, leis de acessibilidade, dentre outros, que favorecem a comunicação com o Surdo.

Perlin (1998) evidencia que o principal fator de influência da identidade surda é, com certeza, a língua de sinais, que permite a comunicação e a interação com o mundo por meio da modalidade visual-espacial, livre da marginalização imposta pela modalidade oral-auditiva, como é comprovado por estudos sobre a surdez, presentes na literatura da área. As comunidades surdas lutam para que a sua língua – a Língua de Sinais – seja respeitada e reconhecida pelos ouvintes e, também, para acabar com o estigma de ser identificada pela deficiência auditiva, ao invés de por meio de seu sistema de comunicação. A esse respeito Skliar (1998, p. 148) enfatiza:

A comunidade surda é um complexo de relações e interligações sociais, que diferem de outras comunidades onde existe a possibilidade da comunicação oral, pois as pessoas surdas necessitam da língua de sinais e das experiências visuais para realizarem uma comunicação satisfatória com outras pessoas.

Devemos interpretar culturalmente a antropologia de quem fala e de quem ouve, e a de quem não ouve para não estabelecermos uma ditadura do “audismo”. Geertz (1989, p. 14) define uma análise cultural onde é o símbolo que garante a existência da cultura:

A análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjeturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjeturas e não a descoberta do Continente dos Significados e o mapeamento da sua paisagem incorporada.

Deste modo, concluímos por definição que a língua de sinais é suficiente para produzir uma cultura autônoma e plural. De outra forma, o historiador Le Goff (2003, p. 422) confirma uma reação, às formas dominantes de predomínio cultural, onde percebemos o estabelecimento de uma cultura dominante, em um lugar social distante da cultura surda:

No estudo da memória histórica é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita, como também às fases de transição da oralidade à escrita.

Como qualquer língua, a de sinais apresenta variações linguísticas, no sentido de que cada região possui diferenças no léxico. Esta modalidade linguística é tão complexa e expressiva quanto as outras línguas. Assim, o Surdo, quando explica e mostra as narrativas surdas ou um profissional que ensina a Libras, quando se trata do tema Cultura Surda, procura fazer entender como se constitui uma linguagem, reconhecendo seu potencial na formação da identidade do indivíduo e do grupo, e enfatiza que é extremamente importante perceber a cultura como campo de forças subjetivas que se expressam através da linguagem, dos juízos de valor, da arte e das motivações, gerando a ordem do grupo, seus códigos próprios, suas formas de organização e de solidariedade. Neste sentido, Sá (2002) afirma que a linguagem é o que possibilita a mediação simbólica dos elementos culturais, permitindo o convívio num grupo mais amplo. Esta perspectiva da autora Nídia Sá está pautada nos referenciais dos Estudos Surdos, que têm um olhar teórico direcionado pelos Estudos Culturais, pelos vieses das Identidades culturais (Stuart Hall; Canclini; Homi Bhabha).

Outras especificidades da cultura surda são aqueles artefatos culturais que fazem uso da experiência visual, como por exemplo, artistas e obras que valorizam a escrita de língua de sinais, representada através de registros videográficos, a Libras, o intérprete de Libras, as adaptações no esporte, como no futebol que utiliza

uma bandeira no lugar do apito, no atletismo e na natação, que utilizam flash de luz em substituição do sinal sonoro ou da pistola, dentre outros meios da experiência visual.

A diversificação desses usos de comunicação cria um espaço cultural visual dentro de um espaço cultural diverso. É a partir dessa identidade que se iniciam os movimentos Surdos, espaço em que o indivíduo é estimulado a agir intensamente com outros surdos, social e politicamente. Emerge, nesses indivíduos, uma identidade afirmativa, principalmente no que tange à consciência Surda de ser diferente, de necessitar de recursos completamente visuais e das implicações que esta atitude acarreta (MARTINS, 2005).

A participação do Surdo na comunidade Surda leva o sujeito a uma autodefinição como grupo, à consciência de onde se travam as lutas sociais e políticas. As comunidades proporcionam ambientes altamente profícuos para o desenvolvimento de transformações individuais e coletivas, inclusive da tomada de consciência das relações de poder inerentes ao convívio social (MARTINS, 2005).

Exemplos da especificidade da cultura surda com base na socialização é o uso de mensagem de textos e serviços de SMS por algumas empresas, aos quais a comunidade Surda tem acesso e com isso pode efetuar reservas em locais públicos como restaurantes, chamar um táxi, ou buscar atendimento em um hotel. Outras possibilidades são o atendimento on-line com o uso de imagens em vídeos, embora pouco utilizado pelas empresas, faz-se necessário uma maior abrangência do uso dessa tecnologia da informação, a organização de festas e eventos voltados para a comunidade surda, como formaturas, onde existem alguns requisitos que devem ser atendidos, como telão, a disponibilidade de mesas para suporte de copos, pois os Surdos e ouvintes em interação necessitam das mãos para a comunicação em Libras, além da divulgação da necessidade e consciência do tempo de resposta de uma empresa que é de algum Surdo, quando ocorrem reclamações por parte dos clientes; é preciso ter mais paciência com o retorno, pois se não existe um contato telefônico e for efetuada a reclamação através de um pedido em Língua Portuguesa, o Surdo

irá solicitar auxílio de um intérprete ou necessitar de um tempo para efetuar e formular a resposta, e por isso a resposta não imediata, e pode ou não ser respondida prontamente.

Martins (2005) mostra que a cultura é uma luta por significados e poderes. Nesta luta ocorrem algumas conquistas e algumas vitórias, e são elas que tornam possível a constituição da identidade do indivíduo. A produção da cultura surda é permeada por dúvidas sobre como essas subjetividades serão negociadas e construídas ao longo da vida dos indivíduos e grupos de Surdos.

Assim, a memória garante uma sobrevida histórica a um grupo social, pois povo sem memória não possui história. Fica assim, a certeza de que a cultura surda vive em outro espaço cultural, onde a cultura ouvinte, no presente momento histórico, não compartilha interesse em preservá-la como um patrimônio efetivo no Brasil.

Com efeito, a Filosofia da Linguagem nos ajuda a comparar os preconceitos linguísticos já assinalados por Barthes (2010). A Libras deve ser utilizada com propriedade, pois o excesso mítico destrói a linguagem. Para Barthes, esse excesso significa que não estamos dando concretude para uma cultura representada pela língua, e que fugindo da história, tenta-se buscar aconchego em um futuro ilógico. A cultura surda precisa de ação imediata e reconhecimento de seu status cultural para que o audismo a reconheça. Barthes (2010, p. 238) estimula o estudo da cultura ao pontuar que “[...] a revolução se define como um ato catártico, destinado a revelar a carga política do mundo: ela faz o mundo, e toda a sua linguagem é absorvida funcionalmente neste ‘fazer’ [...]”.

Portanto, ser espectador de si mesmo é uma tarefa fácil e dispensável. O exercício da facialidade da linguagem nos amplia muito as habilidades e competências do agir comunicativo humano. Não podemos reduzir a questão a um sistema binário, dicotômico do universo *surdo-ouvinte*, a uma dualidade simplista de quem fala e de quem ouve. A interlocução comunicacional, como já dissemos, depende de fundamentos poderosos do ser humano, como o pensamento, a imaginação, a linguagem e a criatividade,

todos estes predicados intrínsecos na cultura surda. As realidades humanas dos Surdos independem da decifração de seu subtexto para o ouvinte desinteressado, e seguem acontecendo, formando a cultura surda. Podemos ainda nos socorrer do pensamento de Bourdieu (1994, p.156) sobre preconceito linguístico:

É um artefato que, universalmente imposto pelas instâncias de coerção linguística, tem uma eficácia social na medida em que funciona como norma, através da qual se exerce a dominação dos grupos. Detendo os meios para impô-la como legítima, os grupos detêm, ao mesmo tempo, o monopólio dos meios para dela se apropriarem.

Em verdade, a competência de cada um para utilizar seu próprio corpus linguístico coloca o Surdo em oposição direta com o audismo, de modo que a Libras tenha uma funcionalidade social, uma espécie de *marca de origem*, afirmando para o mercado capitalista que o Surdo pode consumir tal produto, a mais que os do audismo, ou menos.

Considerações

A proposta apresentada assume uma postura epistemológica para o postulado da cultura surda no contexto escolar exclusivo para os Surdos. No entanto, percebemos que a realidade educacional, por meio da perspectiva histórico/cultural não favorece a legitimação da cultura surda a partir da língua de sinais de forma efetiva. Resta, portanto, o conceito de escola inclusiva que, somado ao lugar cultural linguístico, demonstra ainda a forte tradição histórica, mesmo erroneamente enciclopédica, de classificar em caráter homogêneo as culturas, como se toda sociedade não fosse constituída pela diversidade, que hoje conhecemos e aceitamos. Então a cultura surda deve ser investigada, já que a sociedade brasileira é complexa e favorece continuamente o dialogismo cultural.

Como encerramento destas importantes reflexões sobre a cultura surda, ponderamos com Geertz (1989, p. 15), quando afirma que a interpretação cultural:

Confronta as mesmas grandes realidades que os outros — historiadores, economistas, cientistas políticos, sociólogos — enfrentam em conjunturas mais decisivas: Poder, Mudança, Fé, Opressão, Trabalho, Paixão, Autoridade, Beleza, Violência, Amor, Prestígio.

Assim, falar de uma específica cultura é indicar onde se encontra o lugar da opressão social, e tal regime de opressão linguística, que renega a cultura surda, necessita de uma resposta que não seja mítica, mas real.

REFERÊNCIAS

BALLANTYNE, Deborah et al. **Surdez**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Trad. Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern; Guilherme F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu – Sociologia**. Trad. Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1994. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 39).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

_____. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Trad. de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997, 366 pp.

LARAIA, Roque de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão... [et. al.] São Paulo: Unicamp, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1958.

MACHADO, Paulo César. **A política de integração/inclusão e a aprendizagem dos surdos: um olhar do egresso surdo sobre a escola regular.** Florianópolis, SC, 2002, Dissertação de Mestrado em Psicopedagogia, Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Programa de Pós-graduação em Psicopedagogia, sob a orientação da Professora Doutora Maria da Graça Bollmann.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso.* Campinas: Pontes, 1989.

MARTINS, Emerson. **Cultura surda, educação e novas tecnologias em Santa Catarina.** 2005. (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PERLIN, G. “Identidades Surdas”. In: SKLIAR, C. (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

SÁ, Nidia R. de. **Cultura, poder e educação de surdos.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Cultura, culturas e educação.* **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, n. 23, p. 5-15, maio-ago. 2003.